

Mas o que é mesmo economia solidária?

A economia solidária pode ser definida como um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Nessa economia, não existem mais exploradores e explorados, pois ninguém pretende levar vantagem sobre os outros, e muito menos gerar riquezas através da destruição da natureza.

A base da economia solidária é formada pelas relações de cooperação, pelo fortalecimento do grupo e das comunidades, sem patrão nem empregado, e todos pensando no bem de todos e no seu próprio bem.



Fórum Brasileiro de Economia Solidária

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), é a instância nacional de articulação, debate, elaboração de estratégias e mobilização do Movimento de Economia Solidária no Brasil.

Secretaria Executiva FBES:
Brasília, DF – Telefone (61) 3322 3268 www.fbes.org.br

Secretaria Nacional de Economia Solidária

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, foi criada com a missão de valorizar a cooperação e a autogestão, contribuir para combater a pobreza e a desigualdade social e promover processos de desenvolvimento mais justos e solidários.

MTE - Secretaria Nacional de Economia Solidária:
Esplanada dos Ministérios, Bloco F, sl.339 - Brasília, DF
Telefone: (61) 3317 6308
Fax: (61) 3317 8221 - www.mte.gov.br

Secretaria Nacional de Economia Solidária



Ministério do Trabalho e Emprego



Produção: CECIP



Economia Solidária

Outra economia acontece!

Cartilha da Campanha Nacional de Divulgação e Mobilização Social.





**Economia
Solidária**
*Outra economia
acontece!*

Cartilha da Campanha Nacional
de Mobilização Social.



PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO

Luiz Marinho

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Marco Antonio de Oliveira

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Paul Israel Singer

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E DIVULGAÇÃO

Valmor Schiochet

CONSULTORIA TÉCNICA – SENAES / MTE

Roberto Marinho Alves da Silva

Cláudio Nascimento

Maurício Sarda

Produção



CECIP – Centro de Criação de Imagem Popular

Coordenação Geral: *Claudius S.P. Ceccon*

Coordenação Editorial e Textos: *Madza Ednir*

Direção de Arte e Ilustrações: *Claudius S.P. Ceccon*

Revisão: *Dinah P. Frotté*

Diagramação e Arte-final: *Magic Art*



Apresentação

Esta publicação é parte de um conjunto de materiais produzidos pela campanha de mobilização social “Economia Solidária – uma outra economia acontece” realizada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, do Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária, com o apoio da Fundação Banco do Brasil.

O material que você tem em mãos destina-se a trabalhadoras e trabalhadores em geral, as/os que atuam em empreendimentos solidários ou que militam pela Economia Solidária; a educadoras e educadores e a todos que acreditam que é possível construir alternativas e cooperar para mudar realidades injustas.

Pretende-se com isso subsidiar processos formativos e de sensibilização conduzidos nas comunidades ou nos empreendimentos, contribuir para promover, fortalecer e valorizar iniciativas econômicas solidárias já existentes e estimular a criação de outras. Ou seja, informar e educar para uma outra economia possível.

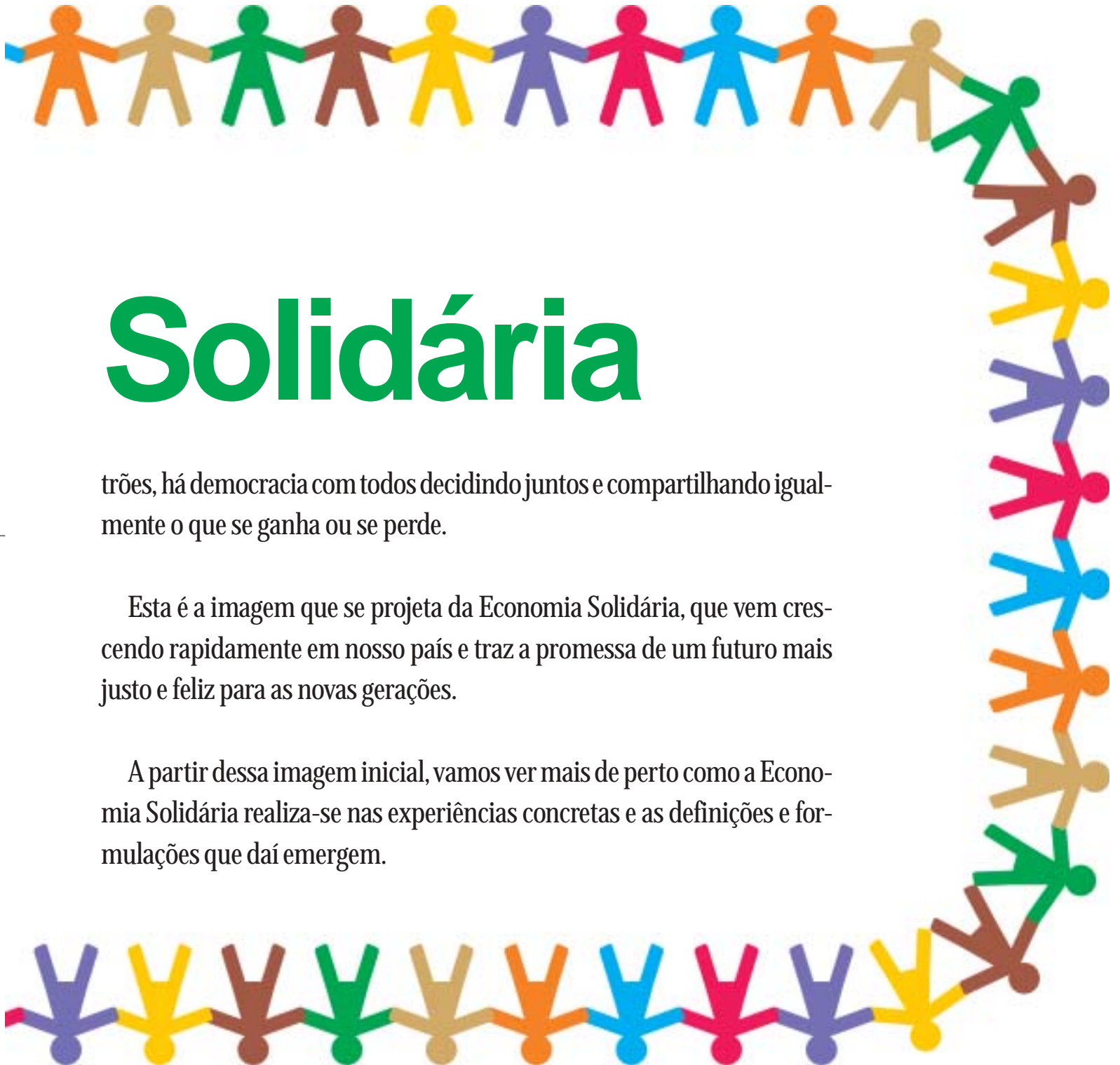




Introdução à Economia

Pense em um jeito de produzir, de vender, de consumir produtos, de oferecer e receber crédito, onde as pessoas não são movidas pela ganância, mas pelo desejo de que não haja ninguém excluído, de que todos possam viver bem.

Agora pense em uma outra economia, onde em vez de individualismo, há união; em vez de competição, há cooperação; em vez de indiferença, há solidariedade; onde, no lugar da devastação do ambiente, há o cuidado com a natureza; e no lugar do autoritarismo de chefes ou pa-



Solidária

trões, há democracia com todos decidindo juntos e compartilhando igualmente o que se ganha ou se perde.

Esta é a imagem que se projeta da Economia Solidária, que vem crescendo rapidamente em nosso país e traz a promessa de um futuro mais justo e feliz para as novas gerações.

A partir dessa imagem inicial, vamos ver mais de perto como a Economia Solidária realiza-se nas experiências concretas e as definições e formulações que daí emergem.



O Projeto Catende Harmonia

O Projeto Catende Harmonia é o maior e o mais complexo projeto de empresa recuperada em andamento no Brasil. Trata-se de uma usina de açúcar fundada em 1892, a partir do antigo engenho Milagre da Conceição, e que compreende 48 engenhos distribuídos em 26 mil hectares, abrangendo cinco municípios da Zona da Mata Sul de Pernambuco: Catende, Jaqueira, Palmares, Água Preta e Xexéu. A Usina passou por diversos padrões até se tornar a maior usina de açúcar da América Latina na década de 50, sob o controle do “Tenente”, como era conhecido o coronel Antônio Ferreira da Costa. Construiu-se uma estrada de ferro para o escoamento da produção e uma hidroelétrica para assegurar a energia, além da primeira destilaria de álcool anidro do país. A Usina entrou em crise no final dos anos 80, com o fechamento do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). A situação agravou-se em 1993, quando a empresa tentou

demitir 2.300 trabalhadores dos engenhos. Esta demissão em massa deu início então à luta dos trabalhadores, que se recusaram a deixar as casas sem o recebimento dos direitos trabalhistas. Os sindicatos rurais, com o apoio da Contag, CUT e CPT, ajudaram na sustentação da luta para garantir os direitos trabalhistas. Em 1995, foi solicitada a falência da empresa, quando os trabalhadores assumiram o controle e deram início ao Projeto Catende. Em 1998, os trabalhadores criaram a Cia. Agrícola Harmonia, uma sociedade anônima, que recebeu o patrimônio da antiga Usina Catende.

Em 2002, os agricultores criaram uma cooperativa de produção denominada Cooperativa Harmonia de Agricultores e Agricultoras Familiares, credores da antiga empresa e que habitam as terras da Usina. No total, o projeto envolve, entre campo e indústria, certa de 4 mil famílias, ou 20 mil pessoas. Além dos 48 enge-



Dentre as inúmeras experiências que compõem o campo da Economia Solidária, existem as centenas de empresas recuperadas, isto é, empresas industriais e de serviços que foram recuperadas da falência pelos trabalhadores, que assumiram as unidades produtivas e as transformaram em cooperativas ou associações de produção. Nessas empresas recuperadas, todos são igualmente sócios e detêm coletivamente a propriedade dos meios de produção. Atualmente, a maior empresa recuperada é o Projeto Catende Harmonia.

nhos e da usina de açúcar (parque industrial), o patrimônio envolve ainda uma hidroelétrica, uma olaria, uma marcenaria, um hospital, 7 açudes e canais de irrigação, frota de veículos e implementos (tratores, caminhões e enche-deiras), várias “casas grandes” (uma delas transformada em centro de educação). Em 7 anos de projeto, a taxa de analfabetismo baixou de 82% para 16,7%. O Projeto Catende, pelo que já realizou em termos de mudança das relações de trabalho e de cultura política, vai muito além de uma simples recuperação de empresa falida, pois alcança a dimensão de um projeto alternativo de desenvolvimento econômico, social, cultural e político para a região do agreste pernambucano. Vale destacar, no entanto, que este projeto apresenta como diferencial o fato de manter a terra e todas as instalações da Usina como propriedade social da totalidade dos participantes do projeto.





Palmas: quando a comunidade cria um banco



A história do Banco Palmas precisa ser explicada através da história do Conjunto Palmeiras. A especulação imobiliária expulsou os moradores do Conjunto, que foram despejados pela prefeitura e lançados em um terreno na periferia

de Fortaleza/CE. Em 1973, o bairro encontrava-se humildemente construído, através de seus barracos de palha, lona ou do jeito que desse. Havia muita água e lama. Para tentar resolver essas dificuldades do bairro, os moradores começaram a se organizar, procurando melhorias para o lugar. Em 1980, começaram a se organizar em mutirão para construir suas casas. Foi feita uma casinha de taipa, onde as pessoas começaram a se reunir em associação. Em 1981, foi construída a primeira sede da Associação dos Moradores e já dava-se início às primeiras casas feitas a

partir de mutirões. Os anos passaram e o trabalho continuou a ser tocado. Em 1991, a comunidade realizou o seminário “Habitando o inabitável”, juntando os diversos grupos para a elaboração de um planejamento estratégico para 10 anos. Foi nesse período, através de muitas lutas, que tiveram acesso à iluminação, creches, escolas, posto de saúde e drenagem do bairro. No final dos anos 90, a associação percebeu que os moradores do bairro já tinham conquistado saneamento, água, luz e transporte. Porém, continuava a grande pobreza: a população não tinha emprego, nem renda. Depois de muita discussão, chegaram os moradores a um projeto de geração de renda para o bairro. Para isso, criaram em 1998 o Banco Palmas, com uma verba inicial de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). A filosofia do banco é pautada em uma rede de solidariedade: produção x consumo x trabalho e renda. A idéia é fazer crescer o bairro através de um círculo virtuoso. O Banco empresta dinheiro para a produção e para o consumo. Dessa forma, as famílias produzem e vendem em seu próprio bairro.

A experiência dos moradores do Conjunto Palmeiras (Fortaleza/CE) nos fornece um exemplo importante de como os vínculos comunitários, associativos e cooperativos pode gerar um círculo virtuoso de solidariedade e resultar na geração de trabalho e renda e melhoria das condições de vida.

Alguns produtos que o Banco Palmas oferece aos associados:

Cartão de crédito – para facilitar as vendas, o Banco criou o Palmacard, com funcionamento apenas no bairro. Serve para compras realizadas no comércio do bairro, com crédito inicial de R\$ 20,00 (vinte reais). O cliente tem um mês para pagar o que gastou. Se for pontual, seu crédito vai crescendo gradativamente até atingir R\$ 100,00 (cem reais).

Micro-Crédito Produção – é dirigido para as vendas de comércio ou para a produção de confecções, artesanato ou outros bens. Os empréstimos vão de R\$ 300,00 a R\$ 1.000,00 reais.

Crédito-Moradia – fornecido para facilitar pequenas reformas nas casas, como fazer um banheiro ou colocar piso na casa.

Palma-Fashion – foi a reunião de 12 costureiras do bairro em um grupo, com a criação de uma grife (a Palma-Fashion) e a realização de cursos de profissionalização. As costureiras passaram então a produzir coletivamente, embora mantenham suas

atividades individuais pela manhã.

Feira – todos os sábados, em frente à Associação de Moradores, acontece a Feira para mostrar e comercializar os produtos fabricados no bairro.

Essas e outras ações realizadas no Bairro Conjunto Palmeiras dão uma ideia de que a criatividade e a união da comunidade em torno dos seus interesses comuns podem modificar a realidade em que vivem e aglutinar as pessoas para a busca de uma vida mais digna e cheia de sentido.





Cooperminas

A Cooperminas surgiu do processo de falência da antiga CBCA – Cia. Brasileira Carbonífera Araranguá, fundada em 1917 para a extração do carvão catarinense na cidade de Criciúma/SC. Em meados de 1987, com os salários atrasados vários meses, os trabalhadores se lançaram na

luta ativa para reaver os direitos trabalhistas. A empresa encerra as atividades. Os trabalhadores mobilizam-se em defesa dos empregos, inicialmente solicitando a estatização da mina. No processo, os trabalhadores aceitam a reabertura da massa-falida tendo como síndico o próprio





Antiga CBCA – Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá, em Criciúma/SC. A Cooperminas é a mais antiga experiência de empresa recuperada no Brasil, com quase vinte anos de existência.

Sindicato dos Mineiros de Criciúma. A empresa funcionou 10 anos dessa maneira, até que em 1997 realizou um acordo com os antigos proprietários e encaminham a criação da Cooperminas. Vale a pena destacar três aspectos dessa experiência: primeiro, que os trabalhadores tiveram, durante esse tempo, que realizar lutas intensas para manter a mina sob seu controle e impedir a venda em leilão do patrimônio para pagar os credores. Numa dessas lutas, os mineiros aparecem na imprensa nacional com bananas de dinamites amarradas nas cinturas para bloquear a retirada de equipamentos da mina de beneficiamento. O segundo aspecto diz respeito às condições de trabalho na mina, que se realizam em grande parte a mais de 150 metros no subsolo. Para quem “baixou a mina” no começo nos anos 90 e recentemente, é notório o avanço que os mineiros da CBCA realizaram nas condições de trabalho, podendo-se observar melhorias significativas na ventilação, na



iluminação, na segurança e na aquisição de novos equipamentos que diminuem a poluição no interior da mina. O terceiro aspecto diz respeito ao mercado. A cooperativa possui, como as demais mineradoras da região, uma cota de carvão com compra garantida pelas usinas termoeletricas, o que permite certa estabilidade e possibilidade de projeção para o longo prazo.



A Economia Solidária vai

Podemos ver, a partir desses exemplos, que a Economia Solidária abrange desde grandes empresas e unidades industriais, agrícolas ou agroindustriais até experiências comunitárias, grupos de produção, etc. Nesses exemplos que acabamos de ver, percebe-se que a Economia Solidária está ligada aos processos de luta em que os trabalhadores e trabalhadoras buscam meios para melhorar as suas condições de existência. Mas de onde vem essa idéia?

Essa idéia tem raízes profundas na prática de princípios como igualdade, cooperação, democracia. A Economia Solidária não é algo que aconteceu por decreto, nem é fruto de uma cabeça privilegiada. A Economia Solidária é um movimento amplo e profundo, cujas raízes históricas se encontram nas ações e nas lutas de organizações de trabalhadores, de movimentos populares, de grupos engajados nas universidades e nas igrejas. Um movimento vivo, dinâmico, que se fortalece e se



se fazendo na prática...

organiza cada vez mais e que começa a contar também com o apoio de governos.

Os trabalhadores e trabalhadoras estão se unindo para fazer Economia Solidária porque os frutos da economia dominante são muito amargos: desemprego, falta de terra para trabalhar, destruição do meio ambiente, ricos ficando cada vez mais ricos e pobres cada vez mais pobres. É isso o que acontece quando o lucro vem em primeiro lugar. Na Economia Solidária, o mais importante é a vida, são as pessoas.



Vamos parar um pouco e refletir juntos:

- A partir das três experiências, o que podemos destacar como sendo características comuns a todas elas?
- O que é específico a cada uma? O que se pode aprender disso?
Em que essas experiências diferem de outros tipos de empresas que você conhece? No aspecto da relação patrão-empregado, por exemplo.
- A que alternativas elas apontam?
Onde você mora existe alguma organização semelhante aos exemplos que acabamos de ler?

A Economia Solidária já

Já existem no Brasil milhares de empreendimentos solidários, com diferentes tamanhos e formas de organização. Então, a Economia Solidária não é um sonho distante. Ela está acontecendo, hoje, aqui mesmo, agora. E está crescendo rapidamente, se espalhando pelo país inteiro, em milhares de empreendimentos econômicos.

Um mapeamento realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES –, do Ministério do Trabalho e Emprego, em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, revelou a existência de 14.959 empreendimentos econômicos solidários, em 2.274 municípios do Brasil (41% dos municípios do país). Em 2005, a maior parte dos empreendimentos solidários dedicava-se à agricultura e pecuária (64%). Os demais estavam voltados à prestação de serviços (14%), produção de alimentos (13%), indústria têxtil, de confecções e calçados (12%), artesanato (9%), indústria de

transformação (6%), coleta e reciclagem de resíduos sólidos (4%) e finanças (2%).

Repare algumas modalidades de empreendimentos econômicos solidários:

- cooperativas, associações populares e grupos informais (de produção, de serviços, de consumo, de comercialização e de crédito solidário, nas cidades e nos campos);
- cooperativas ou associações de agricultores familiares;
- empresas recuperadas de autogestão (antigas empresas capitalistas falidas que são recupe-

acontece...



- radas pelos/as trabalhadores/as);
- fundos solidários e rotativos de crédito (organizados legalmente sob diversas formas jurídicas e também informais);
- clubes e grupos de trocas solidárias (com ou sem o uso de moeda social, ou moeda comunitária);
- redes e articulações de comercialização e de cadeias produtivas solidárias;
- lojas de comércio justo;
- agências de turismo solidário; entre outras.
- cooperativas ou associações de catadores (coletores de materiais recicláveis);
- trabalhadores de fábricas falidas que formam novas empresas solidárias, assumindo os meios de produção em igualdade e gerindo a empresa de forma democrática;
- amigos, vizinhos e colegas de trabalho que se organizam para fazer compras solidárias, beneficiando tanto quem consome como quem produz;

- comunidades que usam moeda social em seus clubes de troca; bancos solidários etc.;
- redes de empreendimentos solidários ou cadeias de produção, articulando vários estágios da produção de produtos.

**Vejamos outras
experiências
que mostram
a diversidade
e as possibilidades
da Economia
Solidária no Brasil.**



Outras experiências, em diversos setores, que fazem com que está economia já aconteça.



VENDEM-SE VERDURAS SEM VENENO

A Associação de Produtores Hortifrutigranjeiros do Estado do Rio de Janeiro, APHERJ fica em Teresópolis e é presidida por um apicultor e agricultor, Joel Caldeira. Os membros da Associação cultivam produtos totalmente desprovidos de agrotóxicos. Muitos participantes chegam com a saúde comprometida por anos de trabalho em plantações, onde agrotóxicos eram utilizados para acabar com as pragas. Por meio de um projeto chamado “Agro-homeopatia”, esses agricultores podem desintoxicar-se e curar-se.

Em Friburgo, um dos associados da APHERJ, recuperado dos agrotóxicos, aderiu completamente à causa ambiental e hoje suas hortaliças, sem veneno, fazem sucesso na feirinha do Centro de Teresópolis.



AGRICULTURA FAMILIAR GANHA FORÇA NA ZONA DA MATA

A APAT é uma Associação que reúne pequenos empreendimentos solidários de agricultura familiar. Localizada em Tombos, na Zona da Mata Mineira, chega a envolver 300 famílias da região e também de Pedra Dourada.

Os participantes usam produtos agroecológicos que não agredem nem poluem a terra e as águas. Plantam frutas, verduras e legumes, além de cana, café, feijão e arroz.

A APAT também faz parte de um complexo de agroindústrias onde os trabalhadores fabricam cachaça, moem fubá, ensacam e armazenam os produtos. Este complexo inclui uma cozinha comunitária onde a AMART, uma associação de mulheres agricultoras, reaproveita frutas, fazendo geléias e compotas.

A APAT, em parceria com governos municipais, fornece merenda para as escolas da região. O que produzem é vendido em um mercado solidário próximo.





A COMUNIDADE DESCOBRE SUA ARTE

Na cidade de Salvador, Bahia, está havendo um casamento muito interessante entre cultura, educação, arte e trabalho. Surgem empreendimentos solidários onde os jovens produzem eventos de teatro, música e dança. Eles compartilhando o que ganham, exercitando a solidariedade, colaboram com o desenvolvimento da identidade da comunidade, de seus valores éticos e estéticos.

O grupo cultural Bagunção é um deles. O depoimento de jovens participantes mostra que as aprendizagens e mudanças são muitas:

– Depois que eu conheci o Bagunção, eu passei a conhecer pessoas diferentes. Passei a conhecer a música. Conheci a capoeira, fiz aula de dança. Já estou fazendo um curso de capacitação e um curso profissionalizante nessa área. (Renato)

– Com o Bagunção, aprendi sobre cultura, sobre consciência negra, sobre o Movimento de Bandas de Latas, que é daqui... Acho que mudou muita coisa, que aprendi muita coisa e que eu tenho que aprender ainda muito mais. (Sani)

– Além da música e da idéia da identidade, discutimos, através de um programa de empregabilidade juvenil, como o jovem pode dialogar com o mercado. A comunidade percebe que ela tem muita manifestação artística para apresentar e acaba descobrindo a cultura solidária, a cultura onde todo mundo contribui, onde todo mundo traz um pouco do seu conhecimento e produz coletivamente. (Joselito)



ENCONTRO DAS ÁGUAS E DA SOLIDARIEDADE



Criado em janeiro de 1999 em Vila da Felicidade, Manaus, o empreendimento Ecoturismo Solidário está incrementando a renda da comunidade, enquanto ensina os turistas a respeitarem e preservarem as belezas da Amazônia. Eles visitam o encontro das águas, as vitórias régias e seringueiras, e passeiam pelos igarapés – a floresta alagada. Dez pessoas estão envolvidas. João Prestes fala a respeito:

– O ecoturismo tem por finalidade a auto-sustentabilidade da nossa comunidade. Em função disso, nós formamos cooperativas, como a das Canoas Turísticas. Além de gerar renda para os cooperados, 2% do faturamento bruto da cooperativa é destinado para comissões que já foram formadas na comunidade. Então, abrem-se novas opções de turismo. Já contamos com 114 pessoas formadas como garçons e garçonetes, cozinheiras regionais, fabricantes de torta gelada e pães caseiros para atuarem nas cooperativas dentro do complexo turístico.





CRÉDITO SOLIDÁRIO ALAVANCA A PRODUÇÃO

A Economia Solidária está reinventando o crédito e os financiamentos. Antes, para receber um empréstimo, parecia que era preciso provar que você não precisava dele. Agora, começam a existir linhas de crédito específicas para quem tem pouco ou nenhum recurso e quer começar um empreendimento solidário. O crédito solidário funciona como uma alavanca para produzir. Com ele se compra matéria prima e instrumentos de trabalho. Os juros são muito baixos para não criar um endividamento impossível de saldar. E não precisa ter um avalista com posses. Com o aval solidário, o próprio trabalhador garante o empréstimo.

Um exemplo é a primeira cooperativa de crédito rural do Ceará, fundada pelo agricultor Sebastião Gonçalves, em 2002. A Cooperativa de Crédito Rural de Itapipoca – Coocredi – oferece crédito rural e pessoal aos seus 420 associados.



EM VEZ DE COMPRAR, TROCAR

Quando o dinheiro está em falta, as feiras de trocas são uma alternativa. Pode-se trocar, por exemplo, uma massagem por uma aula de tricô, ou um casaco por um conserto hidráulico. O objetivo dessas feiras de troca é melhorar a qualidade de vida da população que está descapitalizada.

Os clubes de trocas estabelecem uma moeda social própria, que dá o valor a cada produto que se quer trocar.

Só na cidade de São Paulo existem quatro clubes de trocas. O organizador de um deles, Carlos Henrique, observa:

– Devido à falta de dinheiro no mercado, as pessoas não têm como comprar as coisas. E através das trocas, nós conseguimos resgatar uma atividade que existe desde o início da humanidade. Você oferece um produto, um serviço ou um saber por aquilo que você necessita. Se eu sou costureira, eu vou oferecer um vestido e, em troca, eu recebo o serviço de uma cabeleireira. Então, vou casando as trocas.

– Nas feiras de trocas, a gente usa um instrumento, que se chama moeda social, que facilita ainda mais acontecer as trocas. Se o meu produto tem um valor determinado, e eu quero trocar por outro que tem um valor superior ou inferior, a moeda solidária vem para intermediar essa compra.





CONSTRUINDO AS ESTRUTURAS DA COOPERAÇÃO

A Cooperativa de Artes Metálicas – COOPRAM – trabalha com aço, na produção de artes metálicas e estruturas para construção civil. É mais uma das experiências de Economia Solidária em que empresas que seriam fechadas são recuperadas por trabalhadores. A força dos ex-funcionários torna possível reerguê-las, e eles passam a administrá-las em regime de autogestão. Os trabalhadores, em geral, trocam o que receberiam pela rescisão dos contratos, por equipamentos e instalações. E assim tem início o processo de recuperação.

Foi como nasceu a COOPRAM, que funciona num galpão de 4000 m² em Embu, a 40 km do Centro de SP. Ela foi fundada por 81 funcionários do setor de artes metálicas do Liceu de Artes e Ofícios de SP. Quando, em 2000, o Liceu decidiu desativar o setor, esses funcionários trocaram a verba rescisória por equipamentos e constituíram uma Cooperativa. Nicácio, que é o atual diretor da Cooperativa, conta como foi:

– A empresa desistiu de continuar com a unidade de artes metálicas. Então, nós, da comissão de fábrica, do sindicato, negociamos uma forma de transformar esta unidade numa cooperativa. Nossa preocupação maior era o desemprego. Já que os trabalhadores não tinham outra solução, e teriam que buscar outro meio de sobreviver, por que não tentar na própria empresa?

Cada membro tem uma responsabilidade dentro da Cooperativa. E cada um recebe conforme a função.

– Se a pessoa é soldador, tem uma retirada. Se a pessoa é engenheiro, tem outra retirada. Então ela varia, conforme a função da pessoa. Só que, no final do exercício, que é na virada de cada ano, que é o exercício contábil, aí sim, faz-se a divisão dos ganhos e prejuízos. E aí é dividido em partes iguais. Porque entende-se isso foi o que todos fizeram juntos.

Nicácio acredita que a qualidade de vida do grupo de trabalhadores mudou bastante desde que foi instituída a Cooperativa. Embora todos os dias existam conflitos para serem administrados, a experiência da cooperativa tem ensinado os participantes a serem mais solidários.

– E um dos fatores principais é a união dos trabalhadores, é o amadurecimento, é a convivência das pessoas juntas. Eles estavam acostumados a ter patrão. Então, pra enfrentar essa nova realidade, há um processo muito longo de vivência e de experiência. É esse desafio que a gente ainda está enfrentando.

Autogestão é mesmo uma outra história, como observa Antonio Soncella, que também participa de Cooperativa em que os trabalhadores assumiram a empresa, a UNIFORJA, de Diadema, em São Paulo:

– Na empresa tem um patrão e o resto. O resto, é lógico, é quem está no chão de fábrica. Quer dizer: tem um mandando outros obedecendo. Na cooperativa, não. Na cooperativa, todos os cooperados têm direito de voto na assembleia mensal que a gente faz. E você tem direito de saber tudo o que se passa dentro da cooperativa. Desde a compra de um prego ou na compra de uma máquina de um valor bem mais alto. Você tem direito e deve correr atrás de tudo, porque afinal de contas o patrimônio é teu.

Um jeito diferente de ser...

A partir de experiências como as que vimos, é possível perceber que a Economia Solidária é uma prática regida por outros valores. Quais são esses valores? São os seguintes:



- Autogestão
- Cooperação
- Democracia
- Solidariedade
- Respeito à natureza
- Valorização e promoção da dignidade do trabalho humano

e de fazer



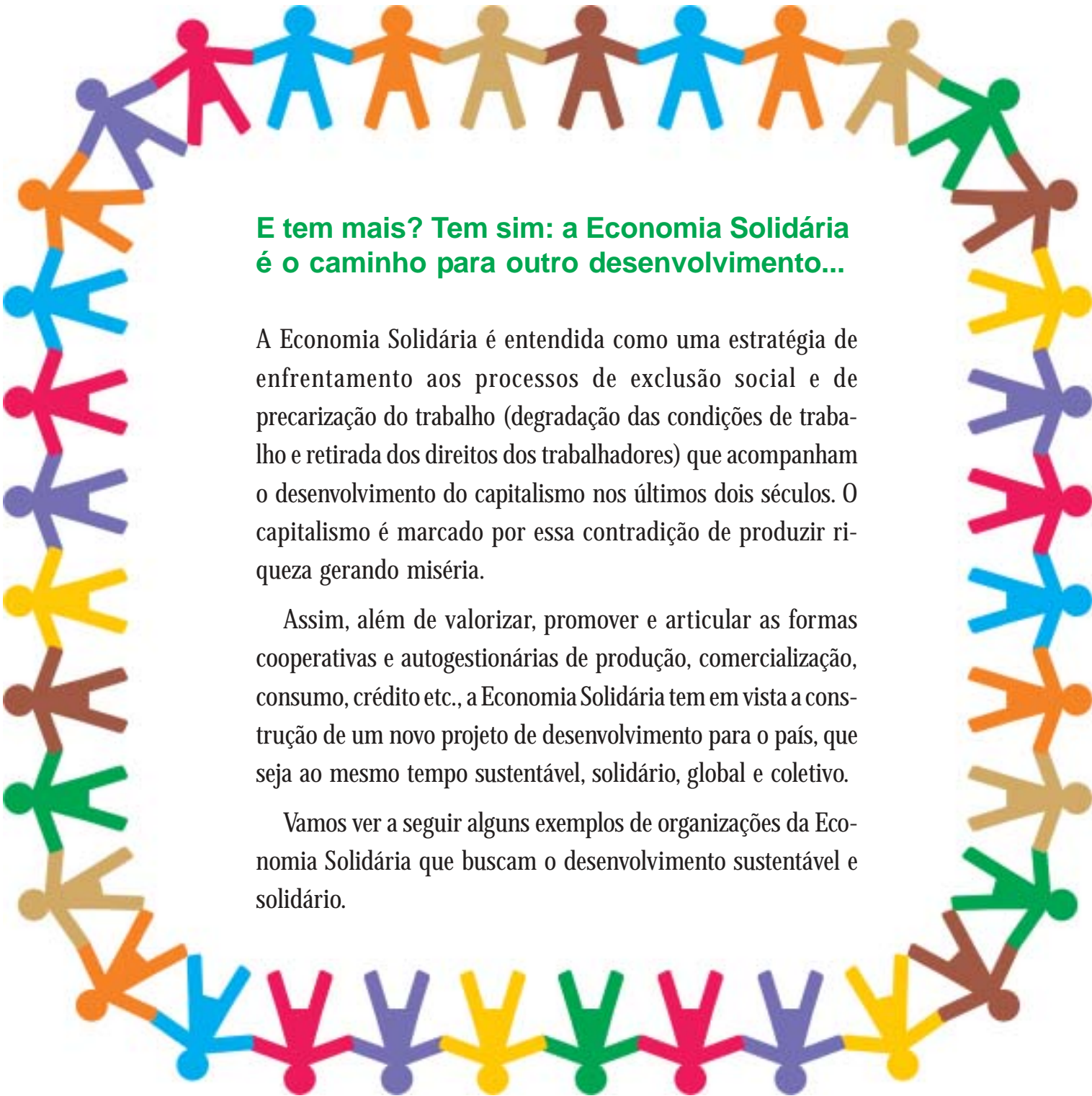
Economia Solidária pode ser definida como um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Nessa economia não existem mais exploradores e explorados, pois ninguém pretende levar vantagem sobre os outros e muito menos gerar riquezas através da destruição da natureza.

A base da Economia Solidária é formada pelas relações de cooperação, pelo fortalecimento do grupo e das comunidades sem patrão nem empregado, e todos pensando no bem de todos e no seu próprio bem.

A característica mais importante de todos esses empreendimentos solidários é a autogestão. Isso significa que não há mais patrões e empregados. Os meios de produção (terra, equipamentos e instalações) pertencem a todos os que trabalham no empreendimento. A administração é feita coletivamente, de forma democrática, e os resultados são compartilhados entre todos. Para tomar decisões, cada cabeça é um voto.

Antes de seguirmos adiante, vamos fazer outra pausa para reflexão sobre o que essas experiências e conceitos têm a ver com a nossa realidade:

- Primeiro, qual a maior diferença entre essas experiências e as empresas tradicionais?
- Que novas contribuições trazem as experiências que acabamos de ver?
- Agora, a partir dos princípios da Economia Solidária, que são a autogestão, a democracia, a cooperação, etc., vamos pensar sobre como esses princípios e valores se dão na prática, nas nossas associações, cooperativas ou outras organizações das quais participamos.



E tem mais? Tem sim: a Economia Solidária é o caminho para outro desenvolvimento...

A Economia Solidária é entendida como uma estratégia de enfrentamento aos processos de exclusão social e de precarização do trabalho (degradação das condições de trabalho e retirada dos direitos dos trabalhadores) que acompanham o desenvolvimento do capitalismo nos últimos dois séculos. O capitalismo é marcado por essa contradição de produzir riqueza gerando miséria.

Assim, além de valorizar, promover e articular as formas cooperativas e autogestionárias de produção, comercialização, consumo, crédito etc., a Economia Solidária tem em vista a construção de um novo projeto de desenvolvimento para o país, que seja ao mesmo tempo sustentável, solidário, global e coletivo.

Vamos ver a seguir alguns exemplos de organizações da Economia Solidária que buscam o desenvolvimento sustentável e solidário.



Cooperjovens

Região do Sisal, Bahia

A região econômica do Nordeste da Bahia, no semi-árido, conhecida como “região sisaleira” em função de ser uma das maiores produtoras de sisal, é também uma das que apresenta indicadores sociais e econômicos baixos. E é nessa região que está se desenvolvendo uma importante experiência de desenvolvimento local e territorial com base na Economia Solidária. Veja o exemplo da Cooperjovens.

A Cooperjovens – Cooperativa de Jovens do Sisal, foi fundada em 2000 a partir de uma articulação entre o movimento sindical, a universidade(*) e o Pólo Sindical Rural da região. O processo de mobilização exigiu vários encontros e seminários, recorrendo a uma metodologia fundamentada na valorização do saber dos jovens e na participação efetiva e sistemática dos futuros cooperantes. A partir das matérias-primas detectadas em abundância na região, optou-se, a curto e médio prazos, pela produção de artesanatos de sisal, pedra e barro, apontando, numa perspectiva futura, para a estruturação de um pólo agroindustrial que viesse a contemplar também os pequenos agricultores. A Cooperjovens surge como agregador de forças para o alcance de um objetivo maior, que ultrapassa a geração de renda, que é a busca da sustentação da

região. A Cooperativa abrange 13 municípios, e conta atualmente com 49 associados. Na condição de empreendimento solidário, a Cooperjovens busca, através da sua atuação, transformar a vida não apenas dos jovens da região, mas também das comunidades nas quais se insere. Esta perspectiva está dentro da concepção de Desenvolvimento Sustentável Local e Solidário, articulando um conjunto de atores sociais da região. Assim, não é somente o aspecto econômico que impulsiona os empreendimentos de natureza solidária. A perspectiva de combater as desigualdades existentes deve permear todo o processo. No caso específico, objetiva-se oferecer aos jovens e à comunidade da região sisaleira uma alternativa de trabalho local, permitindo-lhes sobreviver e preservar os elementos componentes da cultura de suas respectivas comunidades.

(*) CUT/BA a ITCP/UNEB



Redes e cadeias de produção,

Um empreendimento produz algo, já sabendo onde vai ser comercializado e um público-alvo definido para consumir o que foi produzido. Essas redes e cadeias produtivas dão maior sustentabilidade à Economia Solidária. Organizados, eles fazem seu produto chegar ao mercado em condições mais favoráveis de competitividade e geram mais renda e trabalho. A Secretaria Nacional de Economia Solidária estimula a formação de redes de empreendimentos solidários. Há diversas iniciativas neste sentido. Uma delas é



Cadeias que emancipam no Ceará e no Maranhão

Um exemplo é a Associação de Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão, ASSEMA, que é uma organização liderada por trabalhadores rurais e quebradeiras de côco de babaçu. Ela estimula a produção familiar, com melhoria da qualidade de vida no campo, investindo num sistema de produção agroextrativista. A ASSEMA assessoria a formação de cooperativas e grupos de geração de renda que se interrelacionam, envolvendo produção e comercialização de

produtos derivados do babaçu. É o caso da COOPAESP, que produz e comercializa anualmente cerca de 12 toneladas de Mesocarpo, ou farinha de babaçu, um complemento alimentar que substitui o chocolate. A COOPAESP tem um convênio para o fornecimento dessa farinha para a merenda escolar das escolas públicas da região. O Programa de Comercialização Solidária da ASSEMA atende diretamente 1.500 famílias e indiretamente 3.800 famílias em seis municípios do Maranhão.

Articulação e parceria vencendo a pobreza

A luta contra a pobreza tem que ser travada numa escala territorial – local ou regional – suficientemente grande para gerar um processo de desenvolvimento com dinamismo tal que se sustente,



comercialização e consumo

o apoio material à comercialização dos produtos dos empreendimentos em Feiras de Economia Solidária locais, regionais e estaduais. Em 2005, realizou-se em Santa Maria, RS, a Feira Anual dos países do Mercosul. Centenas de empresas participaram das atividades comerciais e de diversos eventos, como seminários, debates e cursos, que estreitam os laços entre empreendimentos e favorecem intercâmbio sistemático e permanente.

sem depender o tempo todo de injeções externas de recursos públicos.

A Economia Solidária pode ser um instrumento importante para o desenvolvimento local, desde que haja articulação entre empreendimentos e parceiros, como o demonstra a iniciativa do Grupo de Economia Popular – GEP – de Vitória da Conquista, Bahia.

O GEP é hoje uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, mas começou como projeto apoiado pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, através do Núcleo e Economia Popular, da Secretaria de Expansão Econômica e pela Universidade do Estado da Bahia – UESB, por meio dos cursos de Economia, Administração, Agronomia e Comunicação. A parceria entre poder público, universidade e organizações da comunidade vem contribuindo para melhorar a qualidade de vida na região, apesar do de-

semprego, da recessão e da falta de recursos do município.

O GEP promove atividades de formação, incentiva a geração de trabalho, renda e práticas solidárias de comércio; estimula compras coletivas e promove o intercâmbio entre o campo e a cidade. A organização apóia também iniciativas populares na área de produção de alimentos (biscoitos, tortas, salgados, iogurtes, etc.); bordados – uma atividade tradicional do município; artesanato e agricultura orgânica; prestação de serviços; preservação ambiental, com participação dos alunos de ensino médio do CEFET – Centro de Ensino Técnico Federal.

Trocas de informações e experiências entre os diferentes setores e realização de feiras contribuem para intensificar o processo de cooperação e aprendizagem coletiva.





Rede Justa Trama



A Justa Trama é a marca da Cadeia Solidária do Algodão Agroecológico, da qual participam 761 trabalhadores e trabalhadoras organizados que integram empreendimentos da Economia Solidária. São agricultores familiares do Ceará, coletores de sementes de Rondônia, fiadores e tecedores de São Paulo e costureiros do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, contribuindo para um modelo de desenvolvimento sustentável e solidário. Os empreendimentos destes trabalhadores cobrem todos os elos de indústria têxtil, do plantio do algodão à roupa pronta. Há alguns anos trabalhadores e trabalhadoras do setor têxtil vêm trocando experiências e refletindo sobre a importância da cadeia produtiva solidária do algodão agroecológico. A primeira experiência desses trabalhadores em rede, no final de 2004, ainda que realizando uma experiência que não conciliasse todos os aspectos da cadeia produtiva solidária do algodão agroecológico, teve início com a produção de 60 mil bolsas de algodão convencional, que foram distribuídas aos participantes do Fórum Social Mundial de 2005. A produção destas bolsas reuniu parte da ca-



A rede Justa Trama é um exemplo de como os empreendimentos econômicos solidários podem unir forças para a realização de um produto original, socialmente responsável e ecologicamente sustentável. Veja como:

deia produtiva solidária do algodão, agora constituída por completo nos aspectos produtivos: o fio foi manufaturado pelos cooperados associados da Cooperativa Nova Esperança – CONES –, no município de Nova Odessa em São Paulo. No estágio seguinte, os cooperados da TEXTILCOOPER, de Santo André, também em São Paulo, transformaram o fio em tecido. Na etapa final, as bolsas foram confeccionadas por 35 empreendimentos de Economia Popular Solidária espalhados pelo Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, organizados pela Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos – UNIVENS. No conjunto, essa primeira ação reuniu mais de 560 trabalhadores. Em 2005, com a ajuda do primeiro projeto junto à Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE), em parceria com a Fundação Banco do Brasil, com o apoio da Verso Cooperativa e do ESPLAR (ambos na assessoria técnica), foi possível iniciar a estruturação de toda a cadeia produtiva soli-

dária do algodão agroecológico, completando o elo da cadeia em âmbito da produção, por meio de Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural de Tauá – ADEC –, com sua produção de algodão agroecológico, além da Cooperativa Açaí com suas sementes e tingimento natural. Unir a produção do algodão agroecológico com a produção industrial realizada pelas cooperativas de São Paulo e, posteriormente, à confecção nas cooperativas e demais empreendimentos do sul do país, bem como dos artefatos de acabamento (sementes) oriundos de Rondônia foi uma tarefa árdua. Mas, os trabalhadores não se intimidaram, unindo ainda mais suas forças para tornar esse sonho em uma realidade sustentável. O produto final da cadeia produtiva solidária do algodão agroecológico dispõe de significativo diferencial no segmento do vestuário – é isento de qualquer produto químico e é fruto do trabalho de uma rede de empreendimentos solidários.





Rede Abelha



realizar troca de experiências sobre uma criação de abelhas junto aos agricultores familiares do nordeste. Na medida em que a ação foi sendo apresentada, novas entidades foram filiando-se a essa iniciativa. Atualmente, a Rede Abelha é uma articulação de ONG's, cooperativas, associações e grupos de apicultores que visam o desenvolvimento da apicultura e meliponicultura como alternativa de produção para o fortalecimento da agricultura familiar. Agrega cerca de 200 empreendimentos de apicultores do Nordeste brasileiro, com aproximadamente 5 mil pessoas. A apicultura na caatinga tem portanto um grande potencial produtivo, alcançando níveis de produção e produtividade que dificilmente poderão ser conseguidos em outras regiões do país. Ainda que haja o agravamento dos períodos de seca, com a conseqüente perda das lavouras anuais (milho, feijão, melancia, abóbora, etc.), há produção de mel, o que possibili-

A Rede Abelha (Grupo Colméias) do Nordeste nasceu em 1989 a partir das discussões entre entidades populares da Rede PTA, o SASOP e a CAATINGA, que perceberam a importância de



Outro exemplo de rede de produtores associados num objetivo comum, e marcados pelo estabelecimento de uma solidariedade profunda e recíproca, é o da Rede Abelha. Trata-se de uma união entre produtores apicultores e instituições de assessoria, que buscam a expansão de um modelo social e economicamente viável e ecologicamente sustentável. Esse mel é o seguinte:

ta aos agricultores, como já foi dito, ter de onde retirar parte ou todo o sustento de suas famílias. Além destas vantagens, há uma outra também muito importante: desde o seu início, a Rede Abelha teve sempre como uma das suas principais preocupações a formação e o aperfeiçoamento técnico dos agricultores. Esta preocupação resultou na organização do “Curso de Formação para Repassadores” (1991), que visava trabalhar o aperfeiçoamento técnico dos agricultores monitores. Com o passar do tempo e o avanço dos trabalhos pelos agricultores, as necessidades tecnológicas foram se ampliando, ao mesmo tempo surgiam novas tecnologias de produção e beneficiamento dos produtos apícolas (própolis, pólen, geléia real, veneno e cera). Viu-se então a necessidade de trabalhar também o aperfeiçoamento dos técnicos das ONG's, o que levou a realização de atividades formativas com o objetivo de difusão das inovações técnicas, adaptadas aos

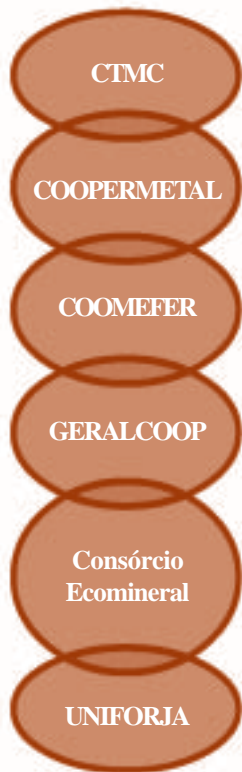
ecossistemas. A difusão permitiu a ampliação e o fortalecimento da Rede para quase todo nordeste. O desafio é dar continuidade a este trabalho de disseminação de novas tecnologias, proporcionando a viabilidade dos empreendimentos apícolas e a melhoria de renda das famílias que desenvolvem a apicultura como atividade principal ou complementar de renda.





Renaci

Mais um exemplo de redes que articula uma cadeia produtiva é o do Consórcio Renaci. Trata-se de um projeto arrojado, e ambicioso. Veja no que a Economia Solidária é possível:



O Consórcio RENACI (Rede Nacional de Cooperação Industrial), formado por um conjunto de cooperativas oriundas do processo de crise ou falimentar de empresas convencionais, busca articular diferentes atores em prol da manutenção e desenvolvimento da cadeia produtiva da Mineração e Transporte Ferroviário.

O conjunto das empresas recuperadas do Consórcio RENACI conta com um total de 1.350 trabalhadores em 4 Estados de Federação (RS, SC, SP e MG).

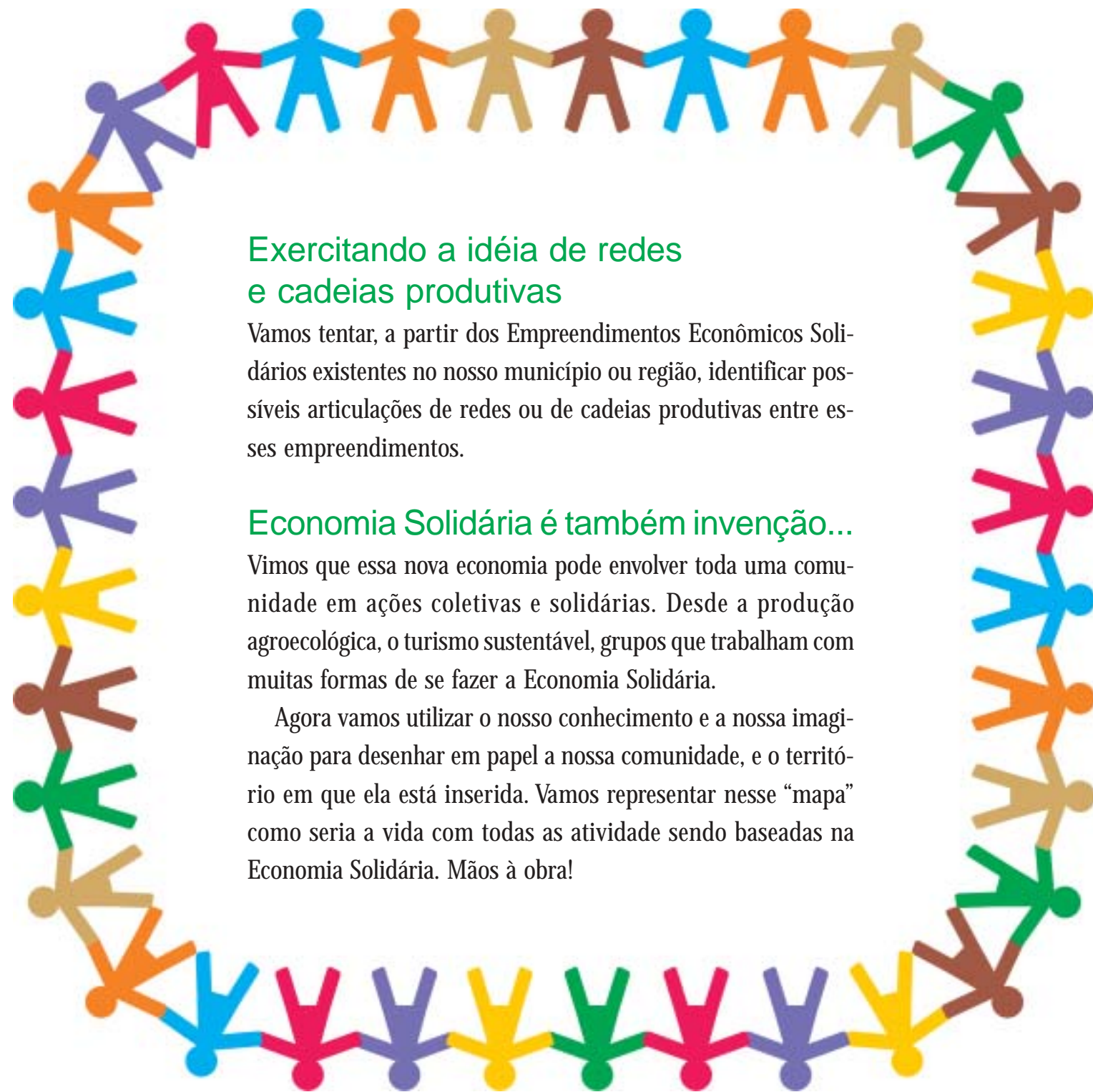
Atualmente, as cooperativas que compõem o Consórcio RENACI são:

- . **CTMC** – Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas;
- . **COOPERMETAL** – Cooperativa dos Metalúrgicos de Criciúma;
- . **COOMEFER** – Cooperativa Mineira de Equipamentos Ferroviários;

- . **GERALCOOP** – Cooperativa dos Trabalhadores em metalurgia de Guaíba;
- . **Consórcio Ecomineral**;
- . **UNIFORJA** – Cooperativa Central de Produção Industrial de Trabalhadores em Metalurgia.

Todas essas empresas estavam à beira da falência. Foram recuperadas pelos seus trabalhadores, mantendo os empregos e a geração de renda. Com a união dessas empresas no Consórcio, a troca de saberes e a articulação da cadeia produtiva ampliam as possibilidades de sustentabilidade e para a execução de obras de grande porte, que vão desde navios, vagões de trem, obras de infraestrutura portuária e ferroviária, etc.

Com o avanço das ações e proposições da RENACI, são grandes as possibilidades de adesão de outras cooperativas e empreendimentos solidários, ampliando sua abrangência econômica e social.



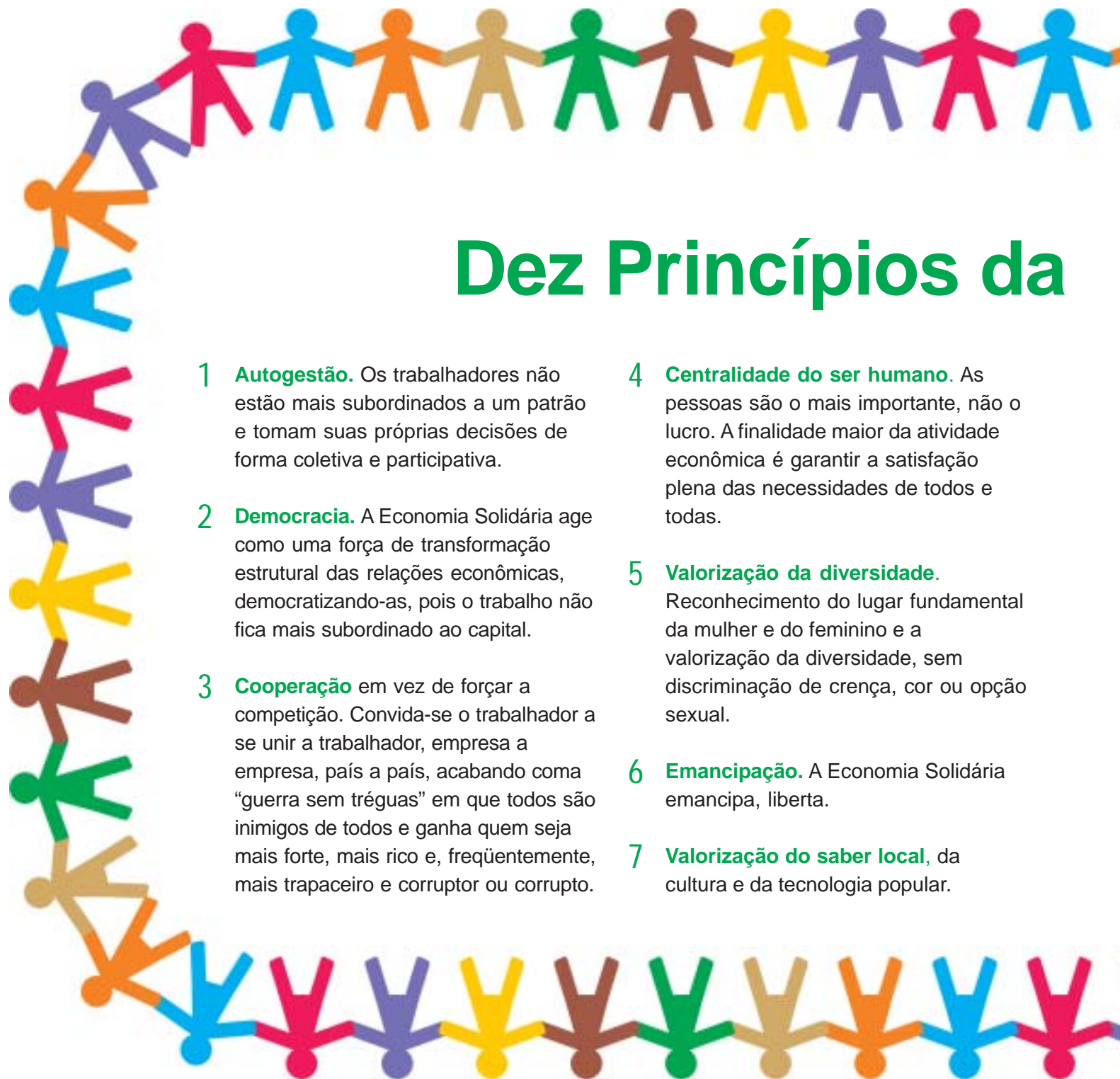
Exercitando a idéia de redes e cadeias produtivas

Vamos tentar, a partir dos Empreendimentos Econômicos Solidários existentes no nosso município ou região, identificar possíveis articulações de redes ou de cadeias produtivas entre esses empreendimentos.

Economia Solidária é também invenção...

Vimos que essa nova economia pode envolver toda uma comunidade em ações coletivas e solidárias. Desde a produção agroecológica, o turismo sustentável, grupos que trabalham com muitas formas de se fazer a Economia Solidária.

Agora vamos utilizar o nosso conhecimento e a nossa imaginação para desenhar em papel a nossa comunidade, e o território em que ela está inserida. Vamos representar nesse “mapa” como seria a vida com todas as atividades sendo baseadas na Economia Solidária. Mãos à obra!



Dez Princípios da

- 1 Autogestão.** Os trabalhadores não estão mais subordinados a um patrão e tomam suas próprias decisões de forma coletiva e participativa.
- 2 Democracia.** A Economia Solidária age como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as, pois o trabalho não fica mais subordinado ao capital.
- 3 Cooperação** em vez de forçar a competição. Convida-se o trabalhador a se unir a trabalhador, empresa a empresa, país a país, acabando com a “guerra sem tréguas” em que todos são inimigos de todos e ganha quem seja mais forte, mais rico e, freqüentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto.
- 4 Centralidade do ser humano.** As pessoas são o mais importante, não o lucro. A finalidade maior da atividade econômica é garantir a satisfação plena das necessidades de todos e todas.
- 5 Valorização da diversidade.** Reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino e a valorização da diversidade, sem discriminação de crença, cor ou opção sexual.
- 6 Emancipação.** A Economia Solidária emancipa, liberta.
- 7 Valorização do saber local,** da cultura e da tecnologia popular.

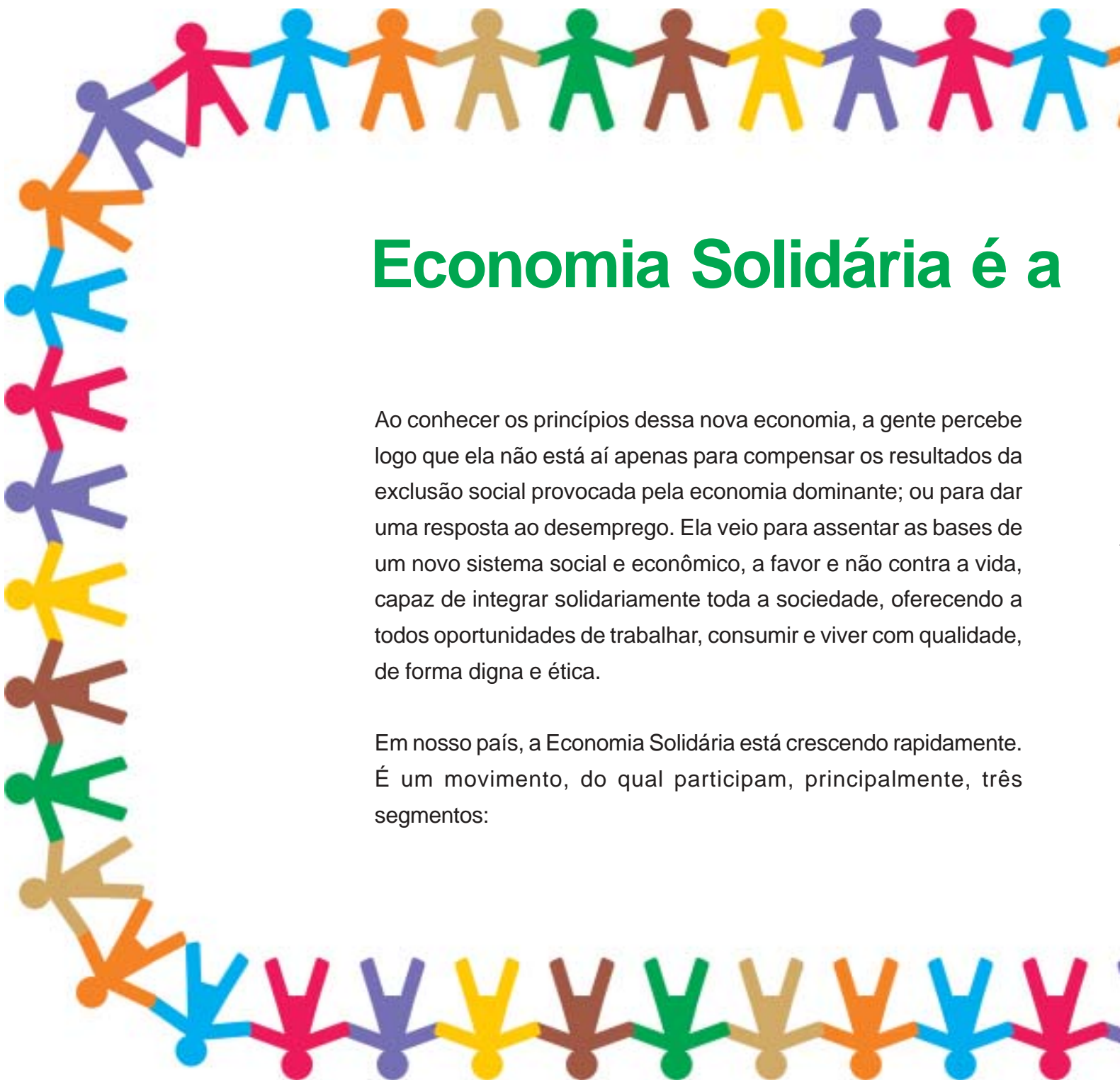


Economia Solidária

- 8 **Valorização da aprendizagem** e da formação permanentes.
- 9 **Justiça social na produção,** comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico, com vistas à promoção do bem-viver das coletividades e justa distribuição da riqueza socialmente produzida, eliminando as desigualdades materiais e difundindo os valores da solidariedade humana.
- 10 **Cuidado com o Meio Ambiente** e responsabilidade com as gerações futuras. Os empreendimentos solidários, além de se preocuparem com que a eficiência econômica e os benefícios materiais que produzem,

buscam eficiência social, estabelecendo uma relação harmoniosa com a natureza em função da qualidade de vida, da felicidade das coletividades e do equilíbrio dos ecossistemas. O desenvolvimento ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente dinâmico, estimula a criação de elos entre os que produzem, os que financiam a produção, os que comercializam os produtos e os que consomem (cadeias produtivas solidárias locais e regionais). Dessa forma, afirmam a vocação local, articulada com uma perspectiva mais ampla, nacional e internacional.





Economia Solidária é a

Ao conhecer os princípios dessa nova economia, a gente percebe logo que ela não está aí apenas para compensar os resultados da exclusão social provocada pela economia dominante; ou para dar uma resposta ao desemprego. Ela veio para assentar as bases de um novo sistema social e econômico, a favor e não contra a vida, capaz de integrar solidariamente toda a sociedade, oferecendo a todos oportunidades de trabalhar, consumir e viver com qualidade, de forma digna e ética.

Em nosso país, a Economia Solidária está crescendo rapidamente. É um movimento, do qual participam, principalmente, três segmentos:



outra economia que acontece

- 1** Os próprios empreendimentos solidários, cada vez mais orientados rumo à formação de redes, a uma articulação nacional, com uma plataforma comum.
- 2** As ONGs, universidades e outras entidades que dão apoio, seja por meio de ações de formação técnica, econômica e política; seja por meio de apoio direto em estrutura, assessoria, consultoria, elaboração de projetos ou oferecimento de crédito para a incubação e promoção de empreendimentos.
- 3** Os gestores públicos, representantes de governos municipais e estaduais, que têm programas explicitamente voltados à Economia Solidária e que constituem a rede de gestores públicos pela Economia Solidária.



Essa cartilha foi impressa com as tipologias
Minion Condensed e Arial, em novembro de 2006

